



ATOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Extrato Nº 0014/2023/ASPLAN
Fortaleza, 31 de dezembro de 2022

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº.009/2020. PROCESSO: 09.2022.00032587-5. PARTÍCIPES: A Secretaria da Administração Penitenciária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.530/0001-18, sediada nesta Capital, com endereço na Rua Tenente Benévolo, nº 1055, bairro Meireles, CEP: 60.160-041, doravante designada de SAP; e o Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça doravante denominado, PGJ, inscrita no CNPJ nº. 06.928.790/0001-56. **CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO:** 2.1. O presente Termo Aditivo tem como finalidade a **INCLUSÃO DE CLÁUSULA SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONVÊNIO Nº 009/2020**, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. **DATA DA ASSINATURA:** 31/12/2022. **SIGNATÁRIOS:** Manuel Pinheiro Freitas, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Luis Mauro Albquerque Araújo, Secretário da Administração Penitenciária. **FONTE:** ASPLAN/MPCE.

Relatório de Gestão Fiscal
Fortaleza, 30 de janeiro de 2023

Publicação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022, período de janeiro a dezembro de 2022, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portaria Nº 0006/2023/SEFIN
Fortaleza, 30 de janeiro de 2023

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos.

O Secretário-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 3080/2022/SEGE, publicada no DOE n.º 1308, de 01 de julho de 2022; Considerando o disposto no Ato Normativo n.º 131/2020, publicado no DOE n.º 870, de 01 de setembro de 2020; Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos, datada de 19/01/2023 10:49:27, processo de gestão administrativa PGA n.º 09.2023.00001990-9;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a concessão de suprimento de fundos ao servidor CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA, Técnico Ministerial, matrícula n.º 168.222-1-3, no valor de R\$ 718,00 (setecentos e dezoito reais), a fim de atender à realização de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento com aquisição de materiais de consumo, para suprir eventuais necessidades da Assessoria de Imprensa da Procuradoria Geral de Justiça.

Parágrafo único. O suprimento será viabilizado por meio da **classificação orçamentária:** 15000000.001.01.03.122.211.20503.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.3 0.15.2.1.

Art. 2º. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do depósito em conta, devendo o responsável prestar contas das despesas até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SECRETARIA DE FINANÇAS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, 30 de janeiro de 2023.

Hugo José Lucena de Mendonça
Ordenador de Despesas
(designado pela Portaria nº 3080/2022)

Portaria Nº 0007/2023/SEFIN
Fortaleza, 30 de janeiro de 2023

Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos.

O Secretário-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n.º 3080/2022/SEGE, publicada no DOE n.º 1308, de 01 de julho de 2022; Considerando o disposto no Ato Normativo n.º 131/2020, publicado no DOE n.º 870, de 01 de setembro de 2020; Considerando o que consta na Solicitação de Suprimento de Fundos, datada de 19/01/2023 12:09:49, processo de gestão administrativa PGA n.º 09.2023.00002017-1;

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a concessão de suprimento de fundos à servidora cedida MARIA JOSÉ ALVES CORREIA, matrícula

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Manuel Pinheiro Freitas
Vice Procurador-Geral de Justiça
José Maurício Carneiro

Corregedor-Geral:
Pedro Casimiro Campos de Oliveira
Secretário-Geral:
Hugo José Lucena de Mendonça

Ouidora-Geral:
Lorraine Jacob Molina





ESTADO DO CEARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2022

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art.54, combinado com o Art.55, inciso I alínea "a" e §2º LC nº101,04/05/2000 - Lei Responsabilidade Fiscal, torna público o relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Ceará referente ao 3º quadrimestre de 2022. Fortaleza, 30 de janeiro de 2023.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	MAI/2022	JUN/2022	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.606.471,18	37.860.235,99	35.827.861,46	39.046.582,12	38.149.083,50	51.550.205,19	37.142.711,09	37.039.509,86	44.703.253,27	41.839.909,34	42.794.009,26	84.646.005,60	524.205.837,86	510.100,33
Pessoal Ativo	27.952.857,25	32.212.182,96	30.161.901,21	33.465.189,21	32.443.279,38	42.990.263,33	31.432.784,24	31.294.455,31	38.962.593,94	36.095.815,72	37.036.935,13	75.981.483,54	450.029.741,22	510.100,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Desp Variáveis	22.553.222,72	26.181.373,83	24.662.148,35	28.002.994,66	26.911.778,71	37.467.919,36	25.920.939,03	25.710.838,99	32.627.516,73	29.822.728,11	30.668.125,31	62.381.200,04	372.910.785,84	510.100,33
Obrigações Patronais (*)	5.399.634,53	6.030.809,13	5.499.752,86	5.462.194,55	5.531.500,67	5.522.343,97	5.511.845,21	5.583.616,32	6.335.077,21	6.273.087,61	6.368.809,82	13.600.283,50	77.118.955,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	5.653.613,93	5.648.053,03	5.665.960,25	5.581.392,91	5.705.804,12	8.559.941,86	5.709.926,85	5.745.054,55	5.740.659,33	5.744.093,62	5.757.074,13	8.664.522,06	74.176.096,64	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	4.280.367,59	4.274.806,69	4.292.713,91	4.204.881,07	4.288.554,84	6.454.276,94	4.316.499,66	4.349.791,51	4.341.729,60	4.351.912,72	4.361.337,49	6.513.607,19	56.030.479,21	0,00
Pensões (*)	1.373.246,34	1.373.246,34	1.373.246,34	1.376.511,84	1.417.249,28	2.105.664,92	1.393.427,19	1.395.263,04	1.398.929,73	1.392.180,90	1.395.736,64	2.150.914,87	18.145.617,43	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	5.555.337,46	8.257.262,03	6.241.369,60	8.602.254,52	6.792.584,16	9.753.802,37	7.001.860,21	6.675.948,78	9.086.838,46	8.351.723,96	10.328.443,24	31.949.559,66	118.596.984,45	0,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	37.757,11	262.843,44	2.662.300,97	1.005.722,07	1.159.980,32	1.271.700,93	901.600,00	2.947.786,11	837.346,86	839.879,84	12.964.649,54	24.891.567,19	0,00
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	37.152,10	42.675,58	72.432,55	46.833,07	39.744,27	33.880,19	20.232,43	36.294,23	282.583,04	1.768.283,48	3.729.489,27	10.246.322,82	16.355.923,03	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	2.528.776,31	240.133,36	311.727,57	41.313,70	0,00	0,00	-7.000,00	115.809,98	2.000,00	2.000,00	74.065,24	3.308.826,16	0,00
(-) Inativos e pensionistas com recursos vinculados	5.518.185,36	5.648.053,03	5.665.960,25	5.581.392,91	5.705.804,12	8.559.941,86	5.709.926,85	5.745.054,55	5.740.659,33	5.744.093,62	5.757.074,13	8.664.522,06	74.040.668,07	0,00
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III)=(I)+(II)	28.051.133,72	29.602.973,96	29.586.491,86	30.444.327,60	31.356.499,34	41.796.402,82	30.140.850,88	30.363.561,08	35.616.414,81	33.488.185,38	32.465.566,02	52.696.445,94	405.608.853,41	510.100,33

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	30.364.424.813,61	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	521.091,18	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (VI) (art. 166, § 16 da CF)	88.300.088,64	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VII)	30.275.603.633,79	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	406.118.953,74	1,34%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	605.512.072,68	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	575.236.469,04	1,90%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	544.960.865,41	1,80%

FONTE: RECEITA - Secretaria da Fazenda do Estado Ceará (SEFAZ) ; DESPESA - Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFE-CE), Data da emissão 16/01/2023; 9h02min; RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Secretaria da Fazenda do Estado Ceará (SEFAZ). Data da emissão 26/01/23 09h39min.

- Notas: (1) Não foram consideradas as despesas com abono de permanência – R\$ 5.151.915,35 (Resolução TCE/CE nº 2582/2009 – DOE 28.12.2009);
(2) As despesas com pensionistas do FUNAPREV, mês de janeiro de 2022, no valor de R\$ 135.428,57, liquidado na fonte 101, não foram deduzidas em "DESPESAS NÃO COMPUTADAS".
(3) Computados gastos com pensionistas do Ministério Público, empenhados nas ações do Poder Executivo (FUNAPREV e PREVID), referente ao mês de janeiro de 2022, no valor de R\$ 1.373.246,34.
(4) As despesas com pensionistas (PREVID), da fonte 270.00, foram incluídas nas deduções de inativos e pensionistas com recursos vinculados.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2023.

Manuel Pinheiro Freitas

Procurador-Geral de Justiça

Assinado digitalmente

Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro

Secretária de Finanças

Assinado digitalmente

Leonel Gois Lima Oliveira

Coordenador-Geral de Controle e Auditoria Interna

Assinado digitalmente



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2022
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	93.436.066,88	-	858.989,16	2.555.881,81	27.255.868,11	62.765.327,80	15.395.079,12	-	47.370.248,68
Recursos Ordinários (Fontes 100/300)	20.176.413,13	-	842.368,65	1.008.661,60	27.252.267,30	8.926.884,42	6.738.365,36	-	15.665.249,78
Recursos Diretamente Arrecadados (Fontes 270/670)	73.259.653,75	-	16.620,51	1.547.220,21	3.600,81	71.692.212,22	8.656.713,76	-	63.035.498,46
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	439.021,37	-	-	-	-	439.021,37	88.259,98	-	350.761,39
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	183.556,97	-	-	-	-	183.556,97	-	-	183.556,97
Recursos vinculados a convênios com órgãos privados	62.832,08	-	-	-	-	62.832,08	-	-	62.832,08
Recursos vinculados a convênios com órgãos federais	192.632,32	-	-	-	-	192.632,32	88.259,98	-	104.372,34
TOTAL (III) = (I + II)	93.875.088,25	-	858.989,16	2.555.881,81	27.255.868,11	63.204.349,17	15.483.339,10	-	47.721.010,07

FONTE: Disponibilidade de Caixa - Extratos bancários -Banco do Brasil e Caixa Econômica. Data da emissão 03/01/2023; 8h 30 min; Restos a pagar - Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFE-CE), SEFAZ-CE, Data da emissão 27/01/2023; 14h 42min.

NOTA: 1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2023.

Manuel Pinheiro Freitas

Procurador-Geral de Justiça

Assinado digitalmente

Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro

Secretária de Finanças

Assinado digitalmente

Leonel Gois Lima Oliveira

Coordenador-Geral de Controle e Auditoria Interna

Assinado digitalmente



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE 2022
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida		R\$ 30.364.424.813,61
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	406.118.953,74	1,34%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	605.512.072,68	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	575.236.469,04	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	544.960.865,41	1,80%
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	15.483.339,10	47.721.010,07

FONTE: RECEITA - Secretaria da Fazenda do Estado Ceará (SEFAZ) ; DESPESA - Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFE-CE), Data da emissão 16/01/2023; 9h02min.
 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Secretaria da Fazenda do Estado Ceará (SEFAZ). Data da emissão 26/01/23 09h39min.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2023.

Manuel Pinheiro Freitas
 Procurador-Geral de Justiça
 Assinado digitalmente

Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro
 Secretária de Finanças
 Assinado digitalmente

Leonel Gois Lima Oliveira
 Coordenador-Geral de Controle e Auditoria Interna
 Assinado digitalmente